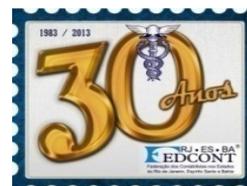




BOLETIM ANO IV – Nº 167

Rio de Janeiro, 21 de Maio de 2014



Deputado Paulo Ramos na Federação: “É um contra senso a extinção do técnico em contabilidade e um paradoxo, exatamente em um momento em que o Governo Federal estimula os cursos técnicos”.



Com essas palavras o Deputado Paulo Ramos Presidente da Comissão do Trabalho na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro iniciou sua fala na reunião de Diretoria da Federação em que esteve presente no dia 15.05.2014. Mostrou-se ainda surpreso que o Congresso Nacional tenha aprovado a Lei 12.249, de 11 de junho de 2010 que foi “embutida” na Medida Provisória nº 472, de 2009 que trata tão somente de criação de infra-estrutura para indústria do Petróleo.

O que tem haver infra-estrutura de Petróleo com a extinção da profissão de técnico em contabilidade?

Esta foi a pergunta sem respostas que permeou a conversação com a Diretoria.

O Presidente da Federação fez uma longa exposição sobre o assunto, denunciando os interesses espúrios que motivaram a apresentação da emenda à Medida Provisória nº 472, de 2009. Entregou também ao Deputado Paulo Ramos, para sua análise, farta documentação sobre o assunto. Os Diretores presentes, sem exceção, enfatizaram a necessidade de se reverter o dispositivo da Lei 12.249, de 11 de junho de 2010 que proíbe o registro do técnico em contabilidade a partir de junho de 2015. Também o Deputado tomou conhecimento de que as Câmaras de Vereadores dos Municípios de Nova Friburgo e Volta Redonda aprovaram Moção de repúdio a esta Lei 12.249, de 11 de junho de 2010 que extingue o exercício da profissão de técnico em contabilidade, tendo recebido cópias das

Moções. Estas moções também já haviam sido anteriormente encaminhadas ao Senador Paulo Paim e Senador Waldemir Moka (Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal).



O Deputado Paulo Ramos ao se despedir, disse que envidará todos os esforços no sentido de que esta malfadada Lei seja revista dentro da sua área de atuação, através de ações junto a Câmara Federal e o Senado, comprometendo-se a convocar uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para discussão do assunto.

"Estamos fazendo de conta que não vemos algumas coisas irregulares"

Frase de Luiz Antonio Medeiros - Principal autoridade do MTE /SP

A frase do título deste artigo publicada pela VEJA, foi dita pelo ex-sindicalista (ISSO MESMO!) e ex-deputado federal e PRINCIPAL autoridade do ministério do trabalho e emprego de São Paulo. (SOCORRO!)

Segundo a reportagem da VEJA, esta pessoa afirmou que a construção na Arena Corinthians tem irregularidades, que elas são ignoradas por causa da necessidade de terminar o estádio a tempo e que o ministério "faz de conta que não vê" os problemas.

Afirma ainda que se não fosse uma obra de copa do mundo, já teria sido interditada (EVITARIA ASSIM 3 MORTES), e disse ainda que tem o respaldo de um ministro do trabalho:

"Se esse estádio não fosse da Copa, os auditores teriam paralisado a obra. Estamos fazendo de conta que não vemos algumas coisas irregulares" , afirmou Medeiros. "Isso é trabalho precário. Não vamos nem entrar neste assunto porque vai atrasar ainda mais a obra." O ex-sindicalista afirmou ainda que o ministro do Trabalho, Manoel Dias, foi informado da situação. "Falei com o ministro e ele deu respaldo. Estamos fazendo de conta que não estamos vendo." Luiz Antonio Medeiros

Vou repetir o que sempre digo, Copa do Mundo como nenhum outro grande evento não vale mais que a vida de um trabalhador! Estas declarações são um ABSURDO!

Gostaria de pedir aos responsáveis uma reconsideração pelas declarações, a garantia de uma indenização justa aos familiares das vítimas e peço aos responsáveis pelo evento, um minuto de silêncio antes do jogo de abertura da copa do mundo como sinal de respeito! Isto é o MÍNIMO!

Para você cidadão que ficou indignado como estas declarações verdadeiramente depreciativas da vida e dignidade humana, divulgo o espaço para questionamentos:

Nepotismo em local que não tinha proibição não configura improbidade

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso do Ministério Público de Minas Gerais que pedia a condenação de um ex-prefeito de Serra do Salitre por ato de improbidade, em razão de nepotismo. Por maioria, seguindo o voto do relator, Napoleão Nunes Maia Filho, os ministros entenderam como acertada a decisão local que absolveu o ex-prefeito.

Quando exercia o cargo de chefe do Executivo em Serra do Salitre, Walter Múcio da Costa nomeou para cargo em comissão a esposa, seu irmão e sua cunhada, lotados em diferentes unidades da prefeitura. Ele também nomeou para cargos em comissão parentes e afins de três vereadores, todos como supervisores de setor na administração.

Em 2006, por iniciativa de um promotor, foi instaurado inquérito civil público para verificar a ocupação de cargos ou o exercício de funções em comissão em desacordo com os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa. Como resultado, o Ministério Público imputou ao prefeito conduta caracterizadora de ato de improbidade.

Lei local

O juiz entendeu que a contratação de parentes e afins para cargo comissionado, sem que se submetessem a concurso público, não configura, por si só, violação a princípios norteadores da administração pública, já que inexistia lei ou norma administrativa proibindo a contratação, como ocorre em alguns órgãos públicos.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais confirmou a decisão, destacando que na legislação vigente na data do ajuizamento da ação não havia vedação a esse respeito, sobretudo se os cargos fossem comissionados os quais, segundo a própria Constituição, são de livre nomeação e exoneração.

O tribunal local observou que há leis e normas administrativas editadas em algumas esferas de poder, em consonância com o princípio da autonomia, que impedem a prática do nepotismo em sua área de abrangência, como ocorre no Poder Judiciário. No entanto, de acordo com o tribunal mineiro, não se verificou a existência de qualquer lei ou norma administrativa municipal que proibisse as contratações, por isso não ficou configurada ilegalidade na atitude do prefeito.

Súmula Vinculante

O Ministério Público recorreu ao STJ. Sustentou que as contratações não causaram lesão ao patrimônio público, mas a valores imateriais os princípios da administração, e que a contratação de parentes, em qualquer poder ou unidade federativa, já foi até mesmo vedada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Súmula Vinculante 13.

A súmula do STF diz que viola a Constituição a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, da autoridade nomeante ou de servidor em cargo de direção no mesmo órgão.

Ao julgar a questão, o ministro relator ressaltou que a conduta do agente nos casos dos artigos 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92 deve ser dolosa. E, no caso, o magistrado de primeiro grau entendeu que a conduta

Um fato interessante sobre essa lei, é que ela foi criada a partir de um projeto de iniciativa popular. A Associação Comercial de São Paulo, através da campanha "De Olho no Imposto" conseguiu recolher mais de 1,5 milhão de assinaturas para que os impostos cobrados nos produtos fossem discriminados nas notas fiscais.

No entanto, faltando menos de 30 dias para isso, somente 19%, das aproximados 10 milhões de empresas, estão cumprindo a nova regra. Muito disso se deve à complexidade do tema, que deixou a própria lei com lacunas, além da geração de dúvidas.

Por exemplo, há uma dúvida elementar relacionada a qual tipo de empresa está obrigada a informar os tributos incidentes da mercadoria. De acordo com a lei, deve ser descrito os tributos ao consumidor. Porém, independente se esse consumidor for pessoa física ou jurídica. Isso, portanto, poderá incluir atacadistas e varejistas no rol de obrigatoriedade em cumprir essa lei.

Entretanto, há outras informações que o empresário deve saber a respeito da aplicação dessa lei. A informação do valor pago de tributos do produto de que trata a lei poderá constar de painel afixado em local visível do estabelecimento, ou por qualquer outro meio eletrônico ou impresso. Outro ponto é que a apuração dos tributos deverá ser feita sobre cada mercadoria ou serviço separadamente.

Tributos

É importante também, saber quais os tributos que deverão ser computados, já que não todos, haja vista que alguns foram vetados (Por exemplo, o Imposto de Renda).

Nesse ínterim, os tributos que devem ser informados são:

ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação);

ISS (imposto sobre serviços de qualquer natureza com exceção dos impostos compreendidos em Circulação de Mercadorias);

IPI (Imposto sobre produtos industrializados);

IOF (imposto sobre Operações Financeiras); PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público);

COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social);

Cide (Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico).

Vale informar que a lei prevê que sejam informados os valores referentes ao Imposto de Importação (PIS/PASEP/Importação e COFINS/Importação), quando produtos cujos insumos ou componentes sejam oriundos de operações de comércio exterior e representem percentual superior a 20% do preço de venda. Nesse caso, a lei determina que todos os fornecedores constantes das cadeias produtivas deverão fornecer aos adquirentes, em meio magnético, os valores dos 2 (dois) tributos individualizados por item comercializado.

Como se preparar

Existem diversas opções e aplicativos, que, de forma superficial analisa e proporciona o valor incidente de cada tributo. Entretanto, o melhor jeito do empresário se adequar integralmente a essa nova regra é investir em planejamento tributário.

Haja vista a nossa complexa legislação tributária e suas inúmeras alterações (cerca de 40 por dia) é preciso que o empresário possua um serviço específico e personalizado para lhe assessorar diante das mudanças legais. E a mentalidade empresária está mudando nesse sentido.

Para ter uma ideia, de acordo com levantamento do SEBRAE, um dos setores que mais crescem é aquele relacionado à consultoria fiscal e tributária. Afinal, cada vez mais esse tipo de investimento tornou-se uma questão estratégica para a empresa. Por isso empresas como a Studio Fiscal, especializada em auditoria fiscal e planejamento tributário, vêm crescendo cada vez mais. Nesse caso, entre 2012 e 2014 houve um aumento de 67% no número de unidades da empresa.

De olho nesse crescimento, a Studio Fiscal apresenta um novo modelo de negócio. Propõe um modelo de negócio para todos aqueles que tiverem interesse em faturar nesse setor. Oferece a possibilidade de sociedade com profissionais que possuem bom relacionamento com empresas, como advogados, contadores, bancários ou investidores e que tem interesse em trabalhar na área comercial, posto que as operações técnicas ficam por conta da Studio Fiscal.

Publicado por Studio Fiscal para o JusBrasil – 15.05.2014

Nos jornais: Brasil gasta mais do que os EUA em campanha eleitoral

Estudo do IUPERJ mostra que, em 2012, gasto eleitoral no Brasil em relação ao PIB foi de US\$ 0,89 por eleitor, enquanto nos Estados Unidos foi de US\$ 0,38, destaca O Globo. Segundo o Contas Abertas, para cada R\$ 1 doado para campanhas, empresas obtêm R\$ 8,50 de volta em obras públicas

O Brasil é o que mais gasta com campanhas eleitorais no mundo, segundo o juiz Marlon Reis, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, ao comentar reportagem do Globo, publicada ontem, mostrando que será usado algo em torno de meio bilhão de reais com campanhas eleitorais este ano. Este dinheiro, afirma Reis, vem de doações de grandes empreiteiras e bancos, que têm interesses no governo, numa “relação espúria” entre as partes.

Com base em um estudo do professor Geraldo Tadeu Monteiro, do IUPERJ, Reis mostrou que o país gasta mais, inclusive, que os Estados Unidos, um dos países que têm tradição em realizar caras disputas eleitorais. O estudo aponta que, em 2012, o gasto eleitoral no Brasil em relação ao PIB (US\$ 2,3 trilhões) foi de US\$ 0,89 por eleitor, enquanto nos Estados Unidos (com PIB de US\$ 16,5 trilhões) foi de US\$ 0,38.

Gil Castelo Branco, do site Contas Abertas, diz que, para cada R\$ 1 doado para campanhas, as empresas obtêm de volta R\$ 8,50 em obras públicas. Para ele, as doações são “promíscuas”. Ele fez um levantamento que indica que as eleições custaram ao país, em quatro anos (de 2010 a 2014), um total de R\$ 9,5 bilhões, mais do que será gasto com 45 obras de mobilidade para a Copa.

Fonte: O Globo - 15.05.2014 - Publicado por A Crítica de Campo Grande – MS em 19.05.2014

Às vésperas da Copa, grupos retomam protestos e buscam apoio internacional

A menos de 30 dias da Copa do Mundo, uma série de ações marcadas para esta quinta-feira buscam dar impulso a um eventual retorno dos grandes protestos às vésperas do megaevento.

E além de saírem às ruas das capitais brasileiras, os manifestantes contam agora com apoio internacional em ao menos oito países foram confirmados atos de solidariedade aos manifestantes no momento em que o mundo está de olho no Brasil.

Organizados por dezenas de movimentos sociais, grupos de estudantes, sindicatos e diferentes entidades, os protestos estão sendo coordenados pelo Comitê Popular da Copa de São Paulo e de outros locais. Eles contariam com apoio do Movimento Passe Livre (que iniciou a onda de protestos no ano passado), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), e ao menos no Rio de Janeiro teriam apoio dos adeptos da tática Black Bloc.

Seus idealizadores prometeram ações em 15 cidades, entre elas a capital paulista, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte.

A expectativa é de que em São Paulo ocorram ações simbólicas e paralisações no trânsito desde o início da manhã, além do protesto marcado para o final da tarde.

Já no exterior, os organizadores dizem que haverá atos em Santiago do Chile, Buenos Aires, Londres, Paris, Berlim, Barcelona, San Francisco, Nova York e Bogotá outras cidades aguardavam confirmação até a noite de quarta-feira.

Para Juliana Machado, do Comitê Popular da Copa de São Paulo, o apoio internacional ao "15M", como está sendo chamado o dia de mobilizações, é resultado de um esforço de divulgação.

"Está acontecendo um tour de ativistas brasileiros por algumas capitais do mundo, alertando para as nossas lutas. Além disso, traduzimos o manifesto para inglês, alemão, francês, italiano, espanhol, dentre outros idiomas, e disseminamos por nossas redes de contatos e articulações de movimentos", explica.

Ela diz que houve a sugestão de que os protestos ocorressem diante das embaixadas brasileiras, mas que há total autonomia local quanto ao formato, lugar e horário das manifestações.

A ativista diz que a mobilização internacional conta tanto com ativistas brasileiros vivendo no exterior como estrangeiros que integram movimentos sociais em seus países e que se solidarizam com as demandas.

Dentre os 11 itens constantes do manifesto defendido pelo grupo e assinado por dezenas de organizações constam o passe livre, o direito à livre manifestação, a realocação das famílias removidas pelas obras da Copa, a indenização às famílias dos nove mortos durante as obras, dentre outras.

O geógrafo americano Christopher Gaffney, professor-visitante de pós-graduação na Universidade Federal Fluminense (UFF) que vem analisando as mudanças em curso no Brasil devido aos grandes eventos, diz que o embate dos diferentes atores sociais terá impactos diretos em como o mundo vai ver o Brasil nas próximas semanas.

"O que ocorrer aqui terá impacto direto lá fora. Se a polícia for violenta no Brasil, você terá reações no exterior. Mais ou menos protestos vai depender do que acontecer daqui para frente", diz.

Quanto aos reflexos para a imagem do país no exterior, Gaffney diz que depende de quem se está tentando convencer. "Para os executivos e grandes corporações internacionais, agrada ver que o Estado brasileiro está disposto a usar a força para defender seus interesses. Para o turismo e para mostrar que aqui se vive um estado democrático de direito, no entanto, será péssimo se as cenas de violência de junho do ano passado se repetirem agora".

Após meses de especulação de especialistas, sociólogos e da imprensa, que buscaram prever a intensidade das mobilizações populares durante a Copa, o "15M" pode ser um primeiro teste de como as ruas vão, de fato, reagir ao megaevento.

"Eu tendo a achar que a linha é essa mesmo, do recomeço dos protestos de grande impacto. Acredito que deve haver um fluxo regular agora de manifestações, ações emblemáticas, e de grandes protestos", diz Gustavo Mehl, do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, no Rio de Janeiro.

Ele diz que deve haver a confluência entre as demandas dos movimentos sociais e dos trabalhadores que devem intensificar as greves que já estão ocorrendo.

"Muitos trabalhadores tiveram o custo de vida aumentado, os aluguéis subiram. Há o sentimento de revolta de que os eventos trazem oportunidades de negócios para os grandes empresários, e agora as pessoas querem sua parte. O trabalhador está cobrando a conta da Copa", diz.

Na visão dos organizadores, os protestos, embora legítimos, devem ser adiados para depois do Mundial. Tanto a Fifa quanto o Ministério do Esporte apostam no clima de festa e comemoração e pedem que as manifestações sejam "adiadas".

Em entrevista à BBC, em Londres, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, disse em março deste ano que a Copa do Mundo "não é um momento de nós fazermos protestos, porque teremos todo o tempo para reivindicar e para melhorar as coisas no nosso país [depois do Mundial]".

Pouco antes, o secretário-geral da Fifa, o francês Jérôme Valcke, disse que a Copa "é a hora errada de protestar, porque é a hora que o Brasil deveria curtir esse momento único, um momento que eles não puderam ter desde 1950. É um direito protestar. Para eles (os manifestantes), é o melhor momento. Para mim, é a hora errada".

Consultadas pela BBC Brasil, as corporações de polícia das duas maiores cidades do país dizem estar preparadas para os protestos desta quinta-feira, mas se recusaram a comentar o assunto em maiores detalhes.

"A Polícia Militar se preparou especialmente para atuar nesses eventos, porém o esquema de policiamento, por questões estratégicas, não será comentado neste momento. Após as operações, deveremos fazer um balanço e comentar os resultados", disse em nota a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

No Rio, a nota cita vandalismo e detenções. "A Polícia Militar estará presente em toda e qualquer manifestação garantindo o direito constitucional. Se houver atos de vandalismo e dano ao patrimônio público, as pessoas serão detidas e conduzidas para as delegacias".

E a Secretaria de Estado de Segurança diz reconhecer "a importância de manifestações democráticas e que é dever e papel das polícias prover a segurança e preservar o direito de ir e vir de todos".

Publicado por caldeirão político / Jus Brasil – 15.05.2014

De doméstica à Ministra do TST

Uma história de superação

Até poder andar com confiança pelos corredores do Tribunal Superior do Trabalho, uma mulher reinventou um destino que já parecia traçado. "A gente espera que o pai e a mãe ofereçam recurso. Como eu entendi desde pequenininha que a situação era uma situação muito difícil eu assumi para mim a responsabilidade de oferecer uma vida melhor para eles", conta.

Ela nasceu em Goiás, na Zona Rural do pequeno município de Pontalina. Filha de família numerosa. Nove irmãos, todos com nomes iniciados pela letra D. "Delaíde, Deíde, Devaídes, Delsonídes, Darcy, Devani, Denise, Davi e Débora", enumera a irmã.

Foi batizada Delaíde. Cresceu no campo. A menina esperta era feliz, mas queria bem mais que a vidinha simples do interior.

"Meu objetivo era ser advogada e advogar grandes causas", conta a ministra Delaíde.

E ela se lembra bem como surgiu essa ideia. Na cidadezinha natal havia poucas opções de lazer. E o tribunal do júri era a atração preferida do povo.

Ministra se preparou por 30 anos para ocupar cargo atual

Com muita luta, o sonho de menina foi se concretizando. Até chegar ao topo da carreira de advogada trabalhista. “Eu publiquei dois livros, Fui professora universitária. Eu me preparei durante esses 30 anos para ocupar esse espaço que eu ocupo hoje”, conta Delaíde.

Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. São apenas cinco mulheres em um total de 26 ministros. Uma conquista e tanto.

“Foi nove de dezembro de 2010 e foi uma emoção muito grande. Na hora me passou um filme pela minha cabeça. De tudo o que eu já tinha vivido, da minha trajetória, dos meus pais que já estão de idade e ficam muito felizes”, lembra a ministra.

Família tinha dificuldades para pagar os estudos

O professor conta que, como Delaíde, havia muitos alunos capazes de fazer uma bonita carreira. Mas fazer o ginásio - hoje parte do Ensino Fundamental - não era para todos. O curso só era dado na cidade e as famílias pobres não tinham como arcar com as despesas. O pai de Delaíde também não.

“Até choramos, porque não íamos mais estudar. Mas aí depois de uma negociação com o nosso pai, ele voltou atrás nós viemos, conseguimos ingressar no ginásio e prosseguimos”, conta Deíde Alves Miranda, irmão de Delaíde.

Delaíde teve que aprender a lidar com a discriminação

Desistir é um verbo que não existe no vocabulário dessa família. Com o apoio de Dona Maria, foi morar sozinha em Goiânia. Sem dinheiro, trabalhou como empregada doméstica. Primeiro em uma casa de família. Depois no pensionato onde morava. Afinal, era o que ela sabia fazer. “Arrumar a casa, lavar, passar, cozinhar”, conta Delaíde. Foi também recepcionista e secretária, até se formar em Direito. Nessa escalada aprendeu também a lidar com o preconceito.

“Eu observava que era discriminada naturalmente, não era nada assim tão assintoso. E da mesma forma eu pensava: vou precisar superar isso, né?”, conta a ministra Delaíde.

Uma vez por mês a ministra fecha o gabinete em Brasília e vem passar o fim de semana aqui em Pontalina. E aqui ela volta a ser apenas a filha mais velha do seu Waldivino e da Dona Maria.

Importância da persistência e do foco

“A persistência é muito importante. E importante também é o foco. Às vezes as pessoas me perguntam: mas com um história dessa você não deve ter tido Infância, você não deve ter brincado, não deve ter namorado... Eu fiz tudo isso”, conta a ministra Delaíde.

“Eu não me consideraria uma pessoa de sucesso se eu não conseguisse conciliar a minha carreira profissional com a minha família”, completa a ministra.

“Eu tenho o objetivo de ser uma ministra cada dia mais dedicada e que eu possa colocar no judiciário o meu tijolinho, para que o judiciário se torne cada vez mais célere para atender ao desejo da sociedade de que é que o processo ande bem rápido”, finaliza Delaíde.

Fonte: <http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2014/05/da-casinha-na-roca-ao-tst-domestica-aposta-nos-es...>

Publicado por Qual Concurso para o JusBrasil – 1905.2014

Filiado a:

